

Sindicato recorre ao MPT contra desligamentos

O Sindicato enviou ofício ao Ministério Público do Trabalho pedindo uma reunião para tratar da política de desligamento compulsório aprovada pela direção do banco, sob o comando do presidente Roberto Penedo. A entidade também vai recorrer à Justiça do Trabalho alegando que a tal medida caracteriza discriminação por idade, pois o Banestes quer se livrar de quem tem trinta anos de serviços para reduzir custos.

A política de desligamento consta da Resolução 696, aprovada pelo Colegiado da Diretoria do Banestes e publicada no dia 26 de março. O representante dos funcionários no Conselho de Administração do Banestes, André Sabino, se posicionou contra a medida, mas foi voto vencido naquela instância. De acordo com a resolução, o bancário será demitido a partir da data em que completar trinta anos de serviços prestados ao banco, desde que já esteja aposentado ou tenha idade para se aposentar proporcionalmente pela Previdência Social, ou seja, tenha 53 anos, no caso dos homens, e 48, no caso das mulheres.

Dando continuidade ao pacote, o Colegiado da Diretoria também aprovou a Resolução 697, que trata do que o banco chama de Plano Antecipado de Afastamento "Voluntário" (PAAV). Esse plano é dirigido a empregados que já



tenham trinta anos de banco ou que completem esse período até 2009 e também que sejam aposentados pela Previdência Social ou que venham a adquirir o direito à aposentadoria integral até 2010.

A aprovação da política de des-

A política de desligamento do Banestes atrapalha a vida dos bancários que querem permanecer no banco até completar o tempo para a aposentadoria integral.

ligamento seguida da criação do PAAV trouxe um clima de insegurança e pânico dentro do banco. Assustadas com a

possibilidade de perderem o emprego, as pessoas que já têm trinta anos de banco ou estão prestes a completar esse período estão se sentindo pressionadas a aderir ao plano de afastamento.

"A política de desligamento do Banestes desconsidera a legislação previdenciária atual. É um absurdo", diz o diretor do Sindicato Flávio Teixeira. Para ter direito à aposentadoria integral pelo INSS, o homem deve comprovar no mínimo 35 anos de contribuição e a mulher 30 anos.

Ou seja, a política de desligamento do Banestes atrapalha a vida dos bancários que querem permanecer no banco, pelo menos, até completar o tempo para a aposentadoria integral.

"A política de desligamento do Banestes também desconsidera a política de benefícios da Fundação Banestes, pois todos que entraram no banco a partir de 1978 só têm aposentadoria normal a partir dos 55 anos de idade", lembra o conselheiro André Sabino.

A orientação do Sindicato é que os bancários não se deixem pressionar pelo Banestes e analisem com calma antes de optar pelo Plano de Afastamento. É preciso observar as garantias de estabilidade pré-aposentadoria previstas em lei e na Convenção Coletiva da categoria. É bom lembrar que a partir da saída do banco, o funcionário deixa de receber a Participação nos Lucros e Resultados.

Demissão é política discriminatória

Contraditoriamente, o presidente do Banestes, Roberto Penedo, tem mais de trinta anos de trabalho

A lógica do Banestes com a demissão de quem tem mais de trinta anos de serviços é reduzir custo, pois um funcionário recém-contratado custa menos que alguém que está há mais tempo no banco. Essa política é discriminatória e desrespeita o direito do trabalhador de decidir quando deixará de trabalhar. É, ainda, uma violência contra o ser humano, pois, em muitos casos, a pressão para o empregado interromper anos de trabalho sem que isso seja um projeto pessoal planejado causa depressão e outros tipos de adoecimento.

Contraditoriamente a essa política, o presidente do Banestes, Roberto Penedo, e o gerente de RH, Airton Flávio Diesel, têm mais de trinta anos de trabalho, são aposentados e ainda dão as cartas no banco. Um outro aposentado que entrou no banco sem concurso público e permanece no Banestes é o senhor Onésimo Paste. Ele foi contratado em 2003, pelo então presidente do banco João Felício Scárdua. De lá pra cá, ele foi mantido no cargo pelas direções posteriores.

Dependendo dos interesses e objetivos, prevalece na direção do Banestes a regra dos dois pesos e duas medidas.

Em 2003 Banestes tentou expulsar aposentados

Não é de hoje que o Governo Paulo Hartung tenta se livrar de quem tem mais tempo de banco. Em 2003, o Colegiado da Diretoria aprovou a Resolução 581, que extinguiu automaticamente o contrato de trabalho de quem se aposentava. O Sindicato foi à Justiça e conseguiu derrubar a resolução.

À época, o juiz da 12ª Vara do Trabalho de Vitória, Adib Pereira Netto Salim, afirmou numa sentença de reintegração de um demitido: "Há muito a relação contratual de emprego foi dissociada da relação do empregado segurado com a Previdência Social. (...) Se o aposentado pode passar a ser empregado após a aposentadoria, nada impede que o empregado que obtém a aposentadoria mantenha a condição de empregado".

Sindicato promove reuniões em Vitória, Cachoeiro e Colatina

Devido à grande demanda por orientações a partir das Resoluções 696 e 697, o Sindicato está realizando reuniões regionais com os bancários para discutir as medidas. A primeira delas aconteceu na quinta-feira, dia 3, em Cachoeiro de Itapemirim.

Em Vitória, a reunião será na próxima terça-feira, dia 8, às 18 horas, no auditório do Sindicato, no Centro. Também estará em discussão com o advogado a ação da gratificação de 25%. Em Colatina, a reunião acontecerá no dia 9 de abril, às 18 horas, na subsede.

O governador Paulo Hartung está na Boca do Sapo por mais essa iniciativa contra os trabalhadores do Banestes. As ações de Roberto Penedo e sua equipe recebem a benção de Paulo Hartung. Do contrário, o presidente já teria sido substituído há muito tempo. Na gestão Hartung/Penedo os canais de negociação com os bancários foram fechados, trabalhadores concursados foram demitidos e conquistas históricas dos banestianos foram retiradas.



Jessé Alvarenga

Autonomia e luta no Conselho de Administração do Banestes